

## **O REBAIXAMENTO COGNITIVO, A AGRESSÃO VERBAL E OUTROS CONSTRANGIMENTOS E HUMILHAÇÕES: O ASSÉDIO MORAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**COLETA**, José Augusto Dela - UNIT

**MIRANDA**, Henrique Carivaldo Neto de – UNIPAM

**GT**: Psicologia da Educação

**Agência Financiadora**: não contou com financiamento

Reportagem publicada em 01/06/2001 mostra que pesquisas realizadas no Brasil e na França encontraram que o assédio moral atinge mais de 30% dos assalariados e que estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizado em 1996, constatou que pelo menos doze milhões de trabalhadores europeus (8% do total) sofrem desse drama.

Na mesma reportagem afirma-se que relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização Mundial de Saúde (OMS) indicam que as duas próximas décadas seriam do "mal estar na globalização", onde predominariam depressões, angústias e outros danos psíquicos, relacionados com as novas políticas de gestão. (BURATO, 2001).

Para COHEN (2002) o termo assédio moral surgiu em setembro de 1998, quando a psicanalista e vitimóloga francesa HIRIGOYEN lançou, na França, um livro publicado, em 2000, no Brasil, sob o título *Assédio Moral: a violência perversa no cotidiano* (HIRIGOYEN, 2000).

Neste livro, HIRIGOYEN (2000) define o assédio moral como o conjunto de atitudes perniciosas e quase invisíveis, exercidas no dia-a-dia do trabalho, com o fim de diminuir o outro de forma suave e perversa, como um assassinato psíquico, mostrando, passo a passo, como essa violência intencional e insidiosa se processa, em palavras, gestos, ações ou omissões e cuja perversidade e permanência aniquilam e destroem.

Conforme ocorreu com o conceito de assédio sexual, equivocadamente interpretado e aplicado de maneira exacerbada e incoerente, começou-se a caracterizar como assédio moral toda e qualquer situação onde houvesse conflito. Por isto, HIRIGOYEN publica, em 2001, obra lançada no Brasil, em 2002, com o título *Mal-estar no trabalho – redefinindo o assédio moral* (HIRIGOYEN, 2002), definindo o que é e o que não é assédio moral no cotidiano das empresas. Segundo ela, o assédio moral

no trabalho se define como a conduta abusiva – gestos, palavras, comportamentos e atitudes – que atingem, pela repetição ou sistematização, a dignidade ou a integridade psíquica ou física de uma pessoa ou degradando o ambiente de trabalho.

Em sua pesquisa para distinguir o verdadeiro assédio moral do falso, HIRIGOYEN (apud COHEN, 2002) enviou um questionário (disponível no site [www.harcelementmoral.com](http://www.harcelementmoral.com)) a 350 pessoas, na França, que a procuraram para se queixar de humilhações no trabalho, obtendo 193 respostas aproveitáveis – uma taxa de 55%, chegando às seguintes conclusões:

*"Há mais vítimas de assédio moral entre as mulheres (70%) do que entre os homens (30%).*

*Os setores mais atingidos são as administrações públicas (nas quais não se pode demitir facilmente), o comércio e o ensino que, segundo HIRIGOYEN, são áreas nas quais as tarefas não são bem definidas e os erros podem ser atribuídos a qualquer um. Há menos assédio moral nos setores de produção, sobretudo se são exclusivamente técnicos.*

*As áreas em que há mais assédio são gestão, contabilidade e funções administrativas (66%).*

*Os métodos mais usados são manobras de isolamento e recusa de comunicação (58%), que podem ser combinados com ataques à dignidade (56%) e às condições de trabalho (53%) e com violência verbal, física ou sexual (31%).*

*O chefe é responsável por 58% dos casos de assédio moral; um grupo de chefes e colegas, por 29%; só os colegas, por 12%; e os subordinados, por apenas 1%.(COHEN, 2002:14-15).*

Segundo matéria de VILLAS BOAS (2002), a primeira pesquisa brasileira sobre o assédio moral foi desenvolvida pela médica do trabalho Margarida BARRETO, para sua dissertação de mestrado, entrevistando entre março de 1996 a julho de 1998, 2.072 pessoas (1.311 homens e 761 mulheres). Do universo pesquisado, 42% (494 mulheres e 376 homens) relataram experiências de humilhações, constrangimentos e situações vexatórias repetitivas e por tempo prolongado no local de trabalho.

A pesquisa revelou que as mulheres são mais humilhadas que os homens e que as reações são diferentes segundo o sexo, sendo devastadoras as conseqüências à saúde.

As pessoas desencadeiam ou agravam doenças como úlcera gástrica, colites, distúrbios da tireóide, hipertensão arterial, doenças de pele, enxaqueca e dores generalizadas.

Segundo PEIXOTO (2002) outras duas pesquisas sobre o assédio moral foram concluídas, ambas coordenadas por BARRETO: uma de âmbito nacional, envolvendo trabalhadores das mais diversas categorias profissionais e outra entre os bancários do Banespa.

A pesquisa do Banespa, revela que 42% dos 1.001 entrevistados (452 homens e 549 mulheres, em 886 agências) sentem-se vítimas do autoritarismo e de humilhações nos locais de trabalho, cerca de 70% dos trabalhadores disseram que se sentem sobrecarregados com o trabalho, 66% se sentem frustrados com o que fazem e 93% se sentem emocionalmente esgotados, sendo que para 34% dos entrevistados, o trabalho que realizam raramente é reconhecido pela chefia, sendo as principais situações de agressão no trabalho, por eles sentidas, o abuso de poder, insulto, desmoralização, desqualificação profissional, manipulação da comunicação, interferência na vida pessoal, ameaça, discriminação, danos à saúde mental e constrangimento. (PEIXOTO, 2002)

A pesquisa nacional, realizada com 4.718 trabalhadores, mostrou que 68% disseram sofrer algum tipo de humilhação várias vezes por semana, a maioria dos entrevistados - 66% - afirmaram que foram intimidados por seus respectivos superiores, e a maior incidência de assédio é constatada na região Sudeste (66%), seguida pela região Sul (21%). (PEIXOTO, 2002).

Segundo BARRETO (apud PEIXOTO, 2002), de acordo com a pesquisa nacional, as situações/ações de assédio moral mais frequentes, segundo os entrevistados, são: dar instruções confusas e imprecisas (65%), bloquear o andamento do trabalho alheio (61%), atribuir erros imaginários (61%), ignorar a presença do funcionário na frente dos outros (55,5%), pedir trabalhos urgentes sem necessidade (49%), pedir execução de tarefas sem interesse (44%), fazer críticas em público (42%), encher o funcionário de trabalho (40%), não o cumprimentar e não dirigir mais a palavra a ele (38%), impor horários injustificados (36%), fazer circular maldades e calúnias sobre a pessoa (35%), forçar a demissão (35%), insinuar que o funcionário tem problema mental ou familiar (30%), transferi-lo de setor para isolá-lo (27%), não passar tarefas (26%), retirar instrumentos de trabalho como telefone, fax, computador, mesa etc (23%), agredir somente quando está a sós com o assediado (20%), impedir os colegas de falar/almoçar com a pessoa (15%), mandar cartas de advertência protocoladas (10%).

No Brasil, em âmbito municipal foram aprovadas as leis contra assédio moral em Cascavel/PR, Guarulhos/SP, Iracemápolis/SP, Natal/RN, São Paulo/SP e Sidrolândia/MS, e, em tramitação, estão os projetos de lei nas câmaras municipais de Amparo/SP, Cruzeiro/SP, Gurarema/SP, Guaratinguetá/SP, Porto Alegre/RS, Reserva de Iguaçu/RS. (Disponível em <[www.assediomoral.org](http://www.assediomoral.org)>. Acesso em: 20 set. 2002), havendo projetos de lei em discussão em Portugal, Suíça e Bélgica

Considerando que as Instituições de Educação Superior (IES), enquanto ambientes de trabalho, não estão imunes às situações de violência, que podem conduzir ao assédio moral, torna-se necessário estabelecer uma relação entre o assédio moral no trabalho e o assédio moral no ambiente escolar das Instituições de Educação Superior (IES).

HIRIGOYEN (2000) afirma que escolas e universidades não estão imunes ao assédio moral:

*"Podemos encontrá-los (os processos perversos de assédio moral) em todos os grupos em que indivíduos podem entrar em rivalidade, particularmente nas escolas e universidades. A imaginação humana é ilimitada quando se trata de matar no outro a boa imagem que tem de si mesmo; mascaram-se, assim, as próprias fraquezas e pode-se assumir uma posição de superioridade."* (HIRIGOYEN, 2000:217).

*"O meio educativo é um dos mais afetados pelas práticas de assédio moral. Contudo, poucos estudos foram feitos a esse respeito, com exceção do realizado em 1998 pela MGEN."* (HIRIGOYEN, 2002: 42).

Para MAFESOLI (1986) existe uma violência institucional na escola, que denomina de *estrutura utilitária*, sendo que a violência entre alunos e professores expressa não apenas ódio, raiva ou vingança, mas também, uma forma de interromper as pretensões do controle homogeneizador, muitas vezes, imposto pela escola e em artigo publicado na internet, sob o título *Escola: espaço de violência e indisciplina*, diz que é importante argumentar que as escolas também produzem sua própria violência e sua própria indisciplina e que, para compreender esta situação, é necessário aceitar a escola como um lugar em que se expressa uma extrema tensão entre forças antagônicas:

*"Quando essa tensão é vivida coletivamente, ela assegura a coesão do grupo; quando impedida de se expressar, transforma-se numa violência tão desenfreada que nenhum aparelho repressor, por mais eficiente que seja, poderá conter"* (GUIMARÃES, 1996 .Disponível em < [www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)>. Acesso em 25 set. 2001).

Alerta-se para o fato de que, se o professor tem que possuir maior capacitação técnica que os alunos, no entanto, isto não lhe dá o direito de humilhá-los. É necessário que, nesta relação entre docente e discente, exista um traço unificador que seria o "prazer de aprender".

Buscando oferecer informações sobre a existência, a topologia e a frequência relativa com que ocorrem situações de constrangimento/humilhação em situação da educação universitária realizou-se o presente estudo.

### **3 – Metodologia**

#### **3.1 – Sujeitos:**

Este estudo foi realizado com 1.132 alunos universitários, sendo 424 homens e 708 mulheres, de seis instituições de educação superior (IES), públicas e privadas, do Estado de Minas Gerais, de diferentes períodos, de diversos cursos de graduação, das áreas das ciências humanas, exatas e biológicas.

#### **3.2 - Instrumentos**

Para identificar as situações de humilhação e constrangimento perpetradas pelos professores no ambiente escolar das IES foi utilizada uma adaptação da *técnica dos incidentes críticos* proposta nos EUA por FLANAGAN em 1941 (FLANAGAN 1973), e adaptada ao Brasil por DELA COLETA em 1970. (DELA COLETA, 1974).

#### **3.3 - Procedimentos**

Inicialmente foram contatados os responsáveis pelas IES e cursos aos quais os sujeitos deste estudo estavam subordinados, para obter autorização para que se pudesse aplicar os formulários com a pergunta-estímulo.

Após a autorização, os alunos foram abordados em sala de aula, e após explicar os objetivos da pesquisa e a importância da colaboração e sinceridade para a conclusão do trabalho, foram entregues os formulários, contendo a pergunta-estímulo, para que os sujeitos relatassem, por escrito, as situações constrangedoras e humilhantes vivenciadas no ensino superior. (Ver Miranda Neto, 2002)

Depois da coleta das descrições, por um processo de análise de conteúdo, os relatos foram tratados, identificando-se a situação, o comportamento e a consequência de tais ocorrências, sendo então definidas as categorias das principais situações constrangedoras e humilhantes no ambiente universitário.

#### **4 - Resultados**

Foram recolhidos no total 1.014 relatos de casos de constrangimento e humilhação, envolvendo alunos e professores de instituições de educação superior, sendo possível observar que alguns sujeitos relataram mais de uma situação constrangedora/humilhante, muitos relataram situações que partiram do aluno para com o professor, não sendo estas situações consideradas neste estudo, já que o objetivo era categorizar as situações em que o professor constrange/humilha o aluno, bem como muitos sujeitos relataram casos ocorridos no ensino médio que, também, foram desconsiderados. Assim, após a análise dos relatos colhidos, foram elaboradas as seguintes categorias acompanhadas de suas respectivas definições:

- **1 - Agressão física:** Ameaçar ou agredir fisicamente o aluno; atirar objetos no aluno para despertar sua atenção; recolher, de forma agressiva, cola do aluno, inclusive agredindo-o fisicamente.
- **2 - Agressão verbal aos alunos:** Tratar os alunos com termos pejorativos, palavras de baixo calão.
- **3 – Ameaças aos alunos:** Ameaçar aumentar o nível de dificuldade das provas, dar faltas aos alunos, reprovar a turma, retirar da sala de aula certos alunos, expulsar aluno da instituição.
- **4 - Acusação agressiva e sem provas:** Alegar, de forma agressiva e sem provas, que os alunos copiaram trabalhos ou estão colando; revistar, de forma agressiva, os materiais dos alunos por suspeitar que estejam colando.
- **5 – Assédio sexual:** Assediar sexualmente o aluno, convidando-o para manter relações sexuais, fazendo-lhe sinais e carícias, propondo-lhe permuta de notas por favores sexuais, tentando agarrá-lo nas dependências da instituição.
- **6 - Comentários depreciativos, preconceituosos ou indecorosos:** Fazer comentários pejorativos e preconceituosos sobre a orientação sexual dos alunos, sobre a escolha de sua profissão, sobre determinado credo religioso, sobre habilidades dos alunos, sobre o nome de aluno, sobre a cidade de alunos.
- **7 - Tratamento discriminatório e excludente:** Dar tratamento diferenciado a alunos devido a sua aparência física, condição financeira, que vivem na cidade em

que a instituição está situada; com idade mais avançada, com facilidade de aprendizagem; receber trabalhos de alguns alunos fora da data marcada; classificar os alunos de acordo com a posição ocupada em sala de aula.

- **8 - Rebaixamento da capacidade cognitiva dos alunos:** Comparar os alunos, de forma irônica, com alunos de outras instituições ou outros grupos de ensino; Enaltecer seus próprios conhecimentos, ridicularizando os erros dos alunos em provas, perguntas e trabalhos; Ler, em voz alta, as notas, enfatizando, com comentários depreciativos, os alunos que obtiveram baixo rendimento; Impedir que os alunos opinem por considerar que eles não possuem capacidade para tal; Insultar aluno que não conseguiu realizar atividades ou que faz perguntas sobre a mesma; Fazer comentários em público sobre as dificuldades, desempenho ou erros dos alunos.
- **9 - Desinteresse e omissão:** Ser omissos, demonstrar desinteresse, não repassando aos alunos as devidas orientações para a realização de trabalhos práticos, ao ministrar o conteúdo; pela apresentação dos trabalhos dos alunos.
- **10 - Uso inadequado de instrumentos pedagógicos, prejudicando os alunos:** Administrar exercícios, valendo nota, sem explicar a matéria contida nos mesmos; Aplicar prova, que demanda mais tempo para ser resolvida do que o disponível; Aumentar o nível de dificuldade das provas, como forma de punir os alunos; Punir, através de prova com maior nível de dificuldade, aluno que não se sujeitou ao assédio sexual do professor; Realizar atividades valendo nota em dias que alunos, por motivo justo, não puderam estar presentes; Avaliar trabalho somente pela aparência/estética.
- **11 - Recusa em realizar seu trabalho:** Negar-se a esclarecer as dúvidas ou ouvir os comentários dos alunos, demonstrando desinteresse, alegando que a dúvida é desnecessária, que o aluno consultou material inadequado, que já havia explicado a questão anteriormente.
- **12 - Abandono do trabalho em sala de aula:** Reclamar da conversa em sala de aula, retirando-se e negando-se a ministrar as aulas no restante do período; pela ausência da maioria dos alunos.

Após a definição das categorias envolvendo situações de constrangimento e humilhação, foi possível estabelecer a frequência e a porcentagem em que cada uma destas situações aparecia nos relatos fornecidos pelos sujeitos.

A tabela 1 apresenta a distribuição de freqüências e porcentagens, nas diversas categorias formuladas, dos relatos dos sujeitos entrevistados, no total e segundo a natureza da instituição de origem destes sujeitos, sendo possível observar nos dados totais diferença significativa de aparecimento de cada uma das categorias ( $\chi^2=1008,49$  gl=11  $p<01$ ), sendo as três categorias aparecendo com maior freqüência, em ordem crescente de ocorrência, **Rebaixamento da capacidade cognitiva dos alunos, Agressão verbal aos alunos e Fazer comentários depreciativos, preconceituosos e indecorosos**, respondendo essas três categorias por nada menos que 62,52% dos casos de constrangimento e humilhação relatados por alunos de IES. Todas estas categorias estão relacionadas à agressão verbal que o docente perpetra à pessoa do aluno. Por outro lado, pode-se perceber que a categoria **Abandono do trabalho em sala de aula** figura como a de menor freqüência entre os relatos fornecidos pelos sujeitos entrevistados.

Tais dados parecem indicar que, para os alunos, em sua elaboração simbólica (MOSCOVICI, 1986) das situações de constrangimento e humilhação, são mais constrangedores e humilhantes eventos em que o professor ataca diretamente a pessoa do discente, sobretudo no que tange à sua capacidade cognitiva. Quando estes eventos relacionam-se mais com o aspecto profissional da atividade docente, eles não configuram, situações tão constrangedoras e humilhantes, quanto àquelas em que o docente transfere os problemas do cotidiano escolar para o nível do ataque à pessoa dos alunos (MAFESOLI, 1986).

Mesmo em se considerando que o número de sujeitos entrevistados em IES privadas é bem maior que o número de sujeitos entrevistados em IES públicas podem ser observadas diferenças significativas na freqüência relativa com que cada categoria é mencionada para cada um dos dois grupos de sujeitos ( $\chi^2=35,64$  gl=11  $p<01$ ). As situações constrangedoras e humilhantes envolvendo as categorias **Agressão física e Desinteresse e omissão** são, proporcionalmente, mais freqüentes nas IES públicas. Talvez esta situação se explique pela própria conjuntura política e econômica na qual se inserem as universidades públicas brasileiras, que têm que trabalhar com escassos investimentos e um corpo docente insatisfeito, mal remunerado e trabalhando sob condições inadequadas ao correto desenvolvimento de suas atividades, pela maior estabilidade em seu cargo que o docente de IES públicas goza em relação aos docentes de IES privadas, sendo outro fator o do peso que a avaliação dos discentes sobre os docentes tem nas IES privadas.



Por outro lado, proporcionalmente, é bem maior (praticamente o dobro), nas IES privadas, a ocorrência de situações constrangedoras e humilhantes, envolvendo as categorias **Ameaças aos alunos, Acusação agressiva e sem provas, Tratamento discriminatório e excludente e Abandono do trabalho em sala de aula**. Talvez, por seu melhor posicionamento sócio-econômico, os alunos da IES privadas mostrem-se mais sensíveis às agressões verbais do que os alunos das IES públicas que, por seu contexto sócio-econômico menos favorecido, estão sujeitos a agressões de outras origens que fazem com que estejam menos sensíveis às agressões de cunho verbal por parte do professor.

No entanto, a categoria Rebaixamento da capacidade cognitiva dos alunos, proporcionalmente, apresenta a mesma frequência de ocorrência tanto nas IES privadas quanto públicas. Isto parece indicar que tal ocorrência é prática comum entre os professores das IES, tanto públicas como privadas e que, em ambas, os alunos sentem-se extremamente humilhados e constrangidos quando colocada em questão sua capacidade de aprender.

**Tabela 1** – Distribuição de frequências e porcentagens dos relatos fornecidos pelos sujeitos entrevistados, nas diversas categorias formuladas, segundo a natureza da instituição de ensino superior de origem destes sujeitos.

Categorias	Instituição Pública		Instituição Privada		Total	
	f	%	f	%	f	%
<b>1</b>	18	4,57	12	1,94	30	2,96
<b>2</b>	96	24,37	129	20,81	225	22,19
<b>3</b>	7	1,78	21	3,39	28	2,76
<b>4</b>	5	1,27	22	3,55	27	2,66
<b>5</b>	13	3,30	22	3,55	35	3,45
<b>6</b>	58	14,72	64	10,32	122	12,03
<b>7</b>	14	3,55	46	7,42	60	5,92
<b>8</b>	116	29,44	171	27,58	287	28,30
<b>9</b>	13	3,30	8	1,29	21	2,07
<b>10</b>	29	7,36	55	8,87	84	8,28
<b>11</b>	24	6,09	67	10,81	91	8,97
<b>12</b>	1	0,25	3	0,48	4	0,39
<b>Total</b>	394	100,00	620	100,00	1014	100,00
	X <sup>2</sup> = 35,64 gl = 11 p< 01				X <sup>2</sup> = 1008, 49 gl=11p<01	

## 5 – Discussão e conclusão:

Os dados obtidos neste estudo confirmam a relevância do tema do assédio moral do qual são vítimas alunos de IES públicas e privadas, primeiro, porque demonstram que este assédio moral existe, segundo, porque estas situações constrangedoras e humilhantes constituem-se em eventos importantes na vida de cada um dos sujeitos entrevistados e, por isto, eles não tiveram nenhuma dificuldade em evocar e relatar estes acontecimentos.

A aplicação da *Técnica dos incidentes críticos* (FLANAGAN, 1973) permitiu a coleta de relatos que conduziram à elaboração das categorias das principais situações constrangedoras e humilhantes que acontecem no meio universitário, demonstrando sua aplicabilidade e adequação para estudos nesta área particular do conhecimento, sendo possível a determinação do nível de ocorrência e importância destas categorias.

Por outro lado, não se pode negar que ocorrem, nas IES, situações em que professores são constrangidos e humilhados por alunos, o que, também, configura-se em situação de assédio moral. Porém, este estudo deteve-se a analisar apenas as situações em que professores constrangem e humilham alunos, considerando, para tanto, apenas os relatos dos alunos entrevistados, pois partiu-se do pressuposto de que, em situações de violência, a atribuição, ou seja, o significado deve ser dado pela vítima e não pelo agressor que, dificilmente, assume para si a responsabilidade da agressão. Portanto, no caso do assédio moral nas IES, aqui analisados, sendo o professor o agressor, este estudo não implica na leitura da visão do docente quanto a estas situações. No entanto, é evidente que ao serem entrevistados, os docentes agressores provavelmente teriam justificativas para suas atitudes, assim como agressores, em outras situações, também as teriam.

Um aspecto importante a ser considerado é o da intenção dos docentes ao praticarem atos que constrojam ou humilhem os alunos, pois quando há a intencionalidade de constranger e humilhar o outro, estamos diante de um comportamento perverso e imoral. Porém, este aspecto da intencionalidade não pode ser avaliado através dos dados deste estudo, uma vez que os relatos fornecidos pelos sujeitos entrevistados não permitem verificar se houve a intenção ou não do docente em constranger ou humilhar o discente. No entanto, havendo intenção ou não, a situação de constrangimento e humilhação configurou-se como tal, atingindo os discentes em sua dignidade.

É provável que os docentes ao constranger e humilhar seus alunos estejam agindo por defesa e, os discentes, na posição de vítima, percebam estes atos como ataque. Muitas vezes o docente ao ser questionado pelo aluno, nos mais diversos aspectos (didático, metodológico, técnico...), por insegurança, toma tais questionamentos como pessoais, não conseguindo elaborá-los e respondê-los no plano profissional. Assim, sentido-se ameaçado pelo aluno, o professor o ataca, numa tentativa de aumentar a distância hierárquica entre ambos, impedindo-o de questioná-lo ainda mais, expondo suas debilidades. Estabelecer-se-ia, assim, uma lógica de que "reduzindo o aluno à sua humilde insignificância", o docente estaria protegido de suas investidas questionadoras e ameaçadoras. Ora, o discente cumpre seu papel ao questionar o docente, responde ao estímulo natural de suprir suas necessidades de conhecimento, porém, consciente de suas limitações e sentido-se ameaçado, o professor o ataca, defendendo-se, pois teme ser descoberto.

Ao ler os relatos fornecidos pelos sujeitos entrevistados, parece evidenciar-se que a maioria das situações em que o professor constrange ou humilha seus alunos, ocorrem por descontrole do docente que, segundo pressupõe-se, é o responsável por coordenar o ambiente em que ocorre sua aula. Muitas das situações poderiam ter sido evitadas se o professor tivesse conseguido gerenciá-las sem o uso de violência verbal ou física. Possivelmente, estas situações eclodem como resultado de pequenos atritos anteriores entre docentes e discentes, que não geram necessariamente humilhação e constrangimento, mas que, devido a sua não solução e incorreta gestão, acabam culminando em situações mais graves.

Finalmente, como é possível o processo educacional atingir seus objetivos maiores quando o papel principal do responsável direto – o professor – não é cumprido, nem sequer em seus princípios básicos? Como se pode esperar motivação e dedicação por parte dos discentes, quando o clima gerado em sala de aula é competitivo, contestatório e beligerante? Enfim, como formar cidadãos plenos, quando os jovens são pessoalmente atingidos de morte pelo responsável, no que eles têm de mais sustentado em sua trajetória de crescimento, que é o sentimento de auto-estima?

Espera-se, contudo, que estas situações constituam-se apenas em exceções de uma regra de saudável convivência entre professores e alunos no meio universitário.

## 6 – Bibliografia:

BURATTO, Luciano Grütner. Assédio moral apressa pedido de demissão. Folha de São Paulo, São Paulo, 01 jun. 2001. Caderno empregos, p. E15.

COHEN, David. Tortura corporativa. Exame, p.14-15, 6 mar. 2002.

DELA COLETA, José Augusto. A técnica do incidente crítico: aplicações e resultados. Rio de Janeiro: Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada, abril/junho de 1974.

FLANAGAN, John C. A técnica do incidente crítico. Rio de Janeiro: Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada, abril/junho de 1973.

GUIMARÃES, Áurea M. A dinâmica da violência escolar. Conflito e ambigüidade. São Paulo: Editora Autores Associados, 1996.

HIRIGOYEN, Marie-France. Assédio Moral. A violência perversa no cotidiano. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000

\_\_\_\_\_. Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MAFESOLI, Michel. A superação do indivíduo, in Revista da Faculdade de Educação, São Paulo, 1986, v. 12 n.1/2, p. 334-342.

MIRANDA NETO, H.C . Assédio Moral: constrangimento e humilhação em Instituições de Educação Superior. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário do Triângulo – UNIT – Uberlândia – MG 2002.

MOSCOVICI, Serge. Prefácio. L'ére des Répresentations Sociales. In L'étude des Répresentations Sociales. Paris: Neuchâtel, 1986.

PEIXOTO, Evandro. Quando o trabalho é fonte de sofrimento. FENAE/Agora, Brasília/DF, fev. 2002, ed. 29, ano 5, n.1, p. 15-21

\_\_\_\_\_. <[http:// www.harcelementmoral.com](http://www.harcelementmoral.com)> Acesso em: 15 jul. 2001.

\_\_\_\_\_. <[http:// www.assediomoral.org](http://www.assediomoral.org)>

VILAS BOAS, Sérgio. Perseguição no trabalho é assédio moral. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 mar. 2002. Caderno Equilíbrio. p.8-11.